

Cabral exclui plebiscito do sêu substitutivo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As duas tentativas de regulamentar a realização de um plebiscito para que o povo julgue a futura Constituição e para fixar, desde logo, a posição dos eleitores sobre o sistema de governo e a duração do mandato presidencial vão esbarrar no relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que dará parecer contrário aos dois projetos de resolução apresentados à Assembléia Nacional Constituinte.

O projeto do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), o primeiro apresentado, pretende disciplinar a consulta plebiscitária prevista no artigo nº 61 do regimento interno da Constituinte, prevendo que o plebiscito se dará 90 dias após a conclusão da votação em segundo turno da futura Constituição, pelo voto direto e secreto.

Já o projeto de resolução do líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), pretende que o plebiscito seja feito 60 dias após a publicação do projeto definitivo de Constituição (o substitutivo a ser apresentado por Bernardo Cabral até o dia 23), para conhecer a posição do eleitorado brasileiro sobre o sistema de governo (se presidencialista ou parlamentarista) e sobre a duração do mandato do atual presidente da República, se quatro ou cinco anos.

O relator da Comissão de Sistematização entende que, quanto à preliminar, os dois projetos de resolução devem ser votados no plenário — por se enquadrarem nos dispositivos regimentais — mas, quanto ao mérito, é contrário, por considerar que ambos atropelam a Constituinte. Segundo o relator, a Assembléia foi eleita com poderes constituintes e a aprovação dos projetos resultaria na retirada desses poderes.

Bernardo Cabral disse que vão além de cem os artigos que ele e assessores retiraram do atual projeto de Constituição, que estará recebendo emendas até dia 13. Quinta-feira, na residência de Ulysses Guimarães, Bernardo Cabral levou um esboço para mostrar uma das possibilidades de enxugamento mais objetivo da futura Constituição. Nova reunião será realizada segunda-feira com Ulysses Guimarães e os líderes do PMDB na Constituinte, Mário Covas; no Senado, Fernando Henrique Cardoso e na Câmara, Luiz Henrique, além do ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, e o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos. Nessa reunião, Cabral deverá apresentar os artigos que definitivamente não constarão da futura Constituição, por serem de lei ordinária ou lei complementar.